

Pirapora Solar II Holding S.A.

**Demonstrações financeiras
individuais e consolidadas em 31
de dezembro de 2017**

Conteúdo

Relatório dos auditores independentes	3
Balanço patrimonial	7
Demonstração do resultado	8
Demonstração das mutações do patrimônio líquido	9
Demonstração dos fluxos de caixa	10
Notas explicativas às demonstrações financeiras	11



KPMG Auditores Independentes

Rua do Passeio, 38 - Setor 2 - 17º andar - Centro

20021-290 - Rio de Janeiro/RJ - Brasil

Caixa Postal 2888 - CEP 20001-970 - Rio de Janeiro/RJ - Brasil

Telefone +55 (21) 2207-9400, Fax +55 (21) 2207-9000

www.kpmg.com.br

Relatório dos auditores independentes

Aos Diretores e aos Acionistas da Pirapora Solar II Holding S.A.

Rio de Janeiro - RJ

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Pirapora Solar II Holding S.A. ("Sociedade"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2017 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período compreendido entre 3 de março de 2017, data da constituição da Sociedade, e 31 de dezembro de 2017, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as principais políticas contábeis e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras individuais e consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Pirapora Solar II Holding S.A. em 31 de dezembro de 2017, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o compreendido entre 3 de março e 31 de dezembro de 2017, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para Opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Sociedade, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Ênfase

Chamamos atenção para Nota Explicativa nº 1 às demonstrações financeiras individuais e consolidadas, que indica que a Sociedade apresenta capital circulante negativo de R\$73.950 mil nas controladora e R\$ 176.404 mil no consolidado em 31 de dezembro de 2017 e depende, substancialmente, de aporte de recursos de seus acionistas e/ou de terceiros até que suas operações passem a gerar fluxos de caixa operacionais suficientes. Portanto, as demonstrações financeiras acima referidas devem ser lidas nesse contexto. Nossa opinião não contém ressalva relacionada a esse assunto.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

Reconhecimento e mensuração do ativo imobilizado relacionado à construção do projeto de geração de energia solar

Veja notas explicativas nº 3.4 e 11 das demonstrações financeiras

Principal ponto de auditoria	Como nossa auditoria conduziu esse assunto
<p>Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2017, as sociedades controladas encontravam-se em fase pré-operacional estando as obras relativas à construção do Complexo Solar Pirapora II ainda em andamento. O imobilizado relativo à construção do referido do complexo para geração de energia solar, é mensurado pelo seu custo de aquisição ou construção, acrescido dos custos de empréstimos diretamente atribuíveis à fase de desenvolvimento e dos custos dos empréstimos, desde que seja provável que trarão benefícios econômicos futuros. A determinação dos gastos que se qualificam como ativo imobilizado, incluindo a avaliação das premissas e critérios para o reconhecimento dos custos diretamente atribuíveis para colocar o ativo no local e condição necessárias para o mesmo ser capaz de funcionar da forma pretendida e dos custos dos empréstimos atribuíveis à construção envolve julgamento por parte da Sociedade. Devido aos aspectos anteriormente mencionados, à relevância dos valores envolvidos e ao fato de qualquer alteração dos julgamentos exercidos na determinação dos gastos que se qualificam como ativo imobilizado poder impactar significativamente as demonstrações financeiras, consideramos esse assunto significativo para anossa auditoria.</p>	<p>Avaliamos o desenho dos controles internos chave relacionados a revisão das capitalizações efetuadas no ativo imobilizado das sociedades controladas. Com base em amostragem, avaliamos as documentações que evidenciam os gastos com a construção do complexo para geração de energia solar e que comprovam a ocorrência de gastos adicionados à obra. Avaliamos a natureza das capitalizações efetuadas pelas sociedades controladas para reconhecimento e mensuração do ativo imobilizado por intermédio de análise da documentação fornecida, analisamos se estavam de acordo com os requerimentos estabelecidos pelas normas brasileiras de contabilidade e comparamos ainda os investimentos realizados com o orçamento do projeto. Efetuamos ainda o recálculo da capitalização de juros de empréstimos e financiamentos e avaliamos as divulgações efetuadas nas demonstrações financeiras.</p> <p>Com base nas evidências obtidas por meio dos procedimentos acima resumidos, consideramos que o reconhecimento e mensuração do ativo imobilizado relacionado à construção do projeto de geração de energia solar é aceitável, bem como as divulgações correlatas no contexto das demonstrações tomadas em conjunto, relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2017.</p>

Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras individuais e consolidadas livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade da Sociedade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Sociedade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantivemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Sociedade.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Sociedade. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Sociedade a não mais se manter em continuidade operacional.

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, conseqüentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com a administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com a administração, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as conseqüências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Rio de Janeiro, 29 de março de 2018

KPMG Auditores Independentes
CRC SP-014428/O-6 F-RJ



José Luiz de Souza Gurgel
Contador CRC RJ-087339/O-4

Pirapora II Solar Holding S.A.

Balço patrimonial em 31 de dezembro de 2017

(Em Reais, exceto quando mencionado em contrário)

		2017	
	Nota	Controladora	Consolidado
Ativo			
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	4	931.273	946.338
Aplicações financeiras	5	-	29.788.544
Adiantamentos	6	945	945
Despesas antecipadas	7	-	350.994
Tributos a recuperar	8	-	21.521
		<u>932.218</u>	<u>31.108.342</u>
Não Circulante			
Contratos de mútuo - parte relacionada	9	10.079.187	-
Despesas antecipadas	7	-	221.942
Investimentos em Sociedades controladas	10	105.631.624	-
Imobilizado	11	-	200.298.570
Intangível	12	-	17.644.815
		<u>115.710.811</u>	<u>218.165.327</u>
Total do ativo		<u>116.643.029</u>	<u>249.273.699</u>
Passivo			
Circulante			
Tributos a recolher	13	17.674	1.151.064
Contas a pagar	14	5.236.711	133.904.991
Contas a pagar parte relacionada	9	-	164.261
Contratos de mútuo - parte relacionada	9	-	2.664.709
Empréstimos e financiamentos	15	69.627.858	69.627.858
		<u>74.882.243</u>	<u>207.512.883</u>
Patrimônio Líquido			
Capital social	16	43.675.819	43.675.819
Reservas de capital		(4)	(4)
Prejuízos acumulados		(1.915.029)	(1.915.029)
		<u>41.760.786</u>	<u>41.760.786</u>
Total do passivo e patrimônio líquido		<u>116.643.029</u>	<u>249.273.669</u>

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Pirapora II Solar Holding S.A.

Demonstração do resultado

Período findo em 31 de dezembro de 2017

(Em Reais, exceto quando mencionado em contrário)

	<u>Nota</u>	<u>Controladora</u>	<u>2017</u>	<u>Consolidado</u>
Despesas operacionais				
Despesas administrativas e outras				
despesas e receitas operacionais	17	(56.981)		(261.594)
Participação de equivalência patrimonial	10	(207.916)		-
Amortização do Ágio de investimentos / intangível	12	(928.674)		(928.674)
Resultado antes das receitas (despesas) financeiras, líquida e impostos		(1.193.571)		(1.190.268)
Despesas financeiras	18	(847.436)		(897.694)
Receitas financeiras	18	125.978		266.478
Resultado financeiro líquido		(721.458)		(631.216)
Prejuízo líquido do período		(1.915.029)		(1.821.484)
Prejuízo líquido do exercício por lote de mil ações - Básico e diluído em R\$		(0,091)		(0,086)

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Pirapora II Solar Holding S.A.

Demonstração das mutações do patrimônio líquido

Período findo em 31 de dezembro de 2017

(Em Reais, exceto quando mencionado em contrário)

	Capital social	Adiantamento para aumento de capital	Transações de capital	Prejuízos acumulados	Patrimônio líquido da controladora e do consolidado
Saldos em 03 de março de 2017	100	-	-	-	100
Adiantamento para aumento de capital	-	28.700.000	-	-	28.700.000
Transferência de cotas	14.975.719	-	-	-	14.975.719
Subscrição de capital	28.700.000	(28.700.000)	-	-	-
Reserva de capital	-	-	(4)	-	(4)
Prejuízo líquido do período	-	-	-	(1.915.029)	(1.915.029)
Saldos em 31 de dezembro de 2017	43.675.819	-	(4)	(1.915.029)	41.760.786

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Pirapora II Solar Holding S.A.

Demonstração do fluxo de caixa

Período findo em 31 de dezembro de 2017

(Em Reais, exceto quando mencionado em contrário)

	2017	
	<u>Controladora</u>	<u>Consolidado</u>
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Resultado do exercício	(1.915.029)	(1.821.484)
<i>Ajustes de despesas e receitas que não envolvem recursos do caixa:</i>		
Juros a realizar empréstimos parte relacionada	(125.978)	-
Provisão de Juros debêntures	667.223	667.223
Provisão de Juros parte relacionada	-	174.753
Provisão de IOF parte relacionada	(53.209)	15.934
Variação cambial	1.721	1.721
Amortização do Ágio de investimentos	928.674	928.674
Perda\Ganho de investimento equivalência patrimonial	207.916	-
	<u>(288.682)</u>	<u>(33.179)</u>
Variações dos Ativos e Passivos operacionais		
Aplicações financeiras	-	(29.788.544)
Adiantamentos	(945)	-
Despesas antecipadas	-	(573.881)
Tributos a recuperar	-	(21.521)
Tributos a recolher	17.675	1.149.858
Contas a pagar	(465)	128.667.668
Contas a pagar - parte relacionada	-	164.261
	<u>16.265</u>	<u>99.597.841</u>
Caixa líquido (consumido) gerado pelas atividades operacionais	(272.417)	99.564.662
Fluxo de caixa das atividades de investimentos		
Custo na aquisição de investimentos	(18.573.490)	-
Aportes de capital em controladas	(80.600.000)	-
Aquisição de imobilizado	-	(197.953.358)
Aquisição de ativos intangíveis	-	(11.907.476)
	<u>(99.173.490)</u>	<u>(209.860.834)</u>
Caixa líquido (consumido) nas atividades de investimento	(99.173.490)	(209.860.834)
Fluxos de caixa das atividades de financiamentos		
Aportes de capital dos acionistas	(41.316.549)	(41.316.549)
Reservas de capital	(4)	(4)
Recursos provenientes de empréstimos com parte relacionada	-	3.551.774
Pagamento de empréstimos com parte relacionada	-	(2.343.150)
Recursos provenientes de debêntures	70.000.000	70.000.000
Empréstimos concedidos com parte relacionada	(9.900.000)	-
Custos de transação das debêntures	(1.039.365)	(1.283.260)
	<u>100.377.180</u>	<u>111.241.909</u>
Caixa líquido gerado nas atividades de financiamento	100.377.180	111.241.909
Aumento do caixa e equivalentes de caixa	931.273	945.737
Variação do caixa e equivalentes de caixa		
No início do período	-	601
No final do período	<u>931.273</u>	<u>946.338</u>
	<u>931.273</u>	<u>945.737</u>

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em Reais, exceto quando mencionado em contrário)

1. Contexto operacional

A Pirapora II Solar Holding S.A ("Pirapora II Holding" ou "Sociedade") é uma sociedade anônima, constituída em 03 de março de 2017, que se rege pelas normas da Lei das Sociedades por Ações (Lei nº 6.404/1976), e está sediada na cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Av. Almirante Barroso nº 52, 17º andar (parte), Centro. A sociedade tem por objeto social a participação no capital de outras sociedades.

A autorização para exploração foi adquirida pelo consórcio Pirapora, um dos vencedores no primeiro leilão de energia de reserva de 2015, realizado pela ANEEL em novembro do mesmo ano. Na ocasião, o consórcio obteve êxito na venda de 25,2 MWm ao preço médio de R\$ 300 /MWh. Após o êxito no leilão, foram constituídas três entidades que, juntas, possuem capacidade total instalada de 90 MW ofertada nesse mesmo leilão.

Em 16 de maio de 2017, a empresa Canadian Solar Inc, transferiu as entidades do Complexo Solar Pirapora II para a sociedade Pirapora Solar Holding S.A.. Através da incorporação das ações, a Sociedade passou a controlar 100% do capital das Sociedades Pirapora II Energias Renováveis S.A., Pirapora III Energias Renováveis S.A. e Pirapora IV Energias Renováveis S.A., detendo assim, participação exclusiva na carteira de projetos de energia solar fotovoltaica, que totalizam 90 MW. As empresas Controladas tem o compromisso de implantar, operar e fazer a manutenção do Parque Solar.

Em 16 de maio de 2017, foram assinados os contratos definitivos de compra e venda, no qual a Sociedade EDF EN do Brasil Participações Ltda adquiriu 80% de participação no capital social da Pirapora II Solar Holding S.A.

Ressalta-se que, apesar da entrada em operação acima mencionada, a Sociedade e suas controladas ainda apresentam capital de giro negativo relevante e, por conta de necessidade de caixa, realizou transações de financiamento com terceiros ao longo do exercício de 2017, além de contar com o suporte de seus acionistas, sendo seu plano de negócios significativamente influenciado por conta das referidas operações. Portanto, estas demonstrações contábeis devem ser lidas neste contexto.

1.1 Da autorização

As Sociedades fazem parte do Complexo Solar Pirapora II que possui capacidade total instalada de 90 MW (114,926 MWp). A Sociedade já possui contrato firmado para venda da energia produzida (PPA), no montante de 25,2 MWm, ao preço inicial de R\$ 300 /MWh. O contrato tem duração de 20 anos. A Sociedade tem o compromisso de implantar, operar e fazer a manutenção do Parque Solar e suas controladas assinaram com a União, por meio da Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL), outorga pelo prazo de 35 anos, contados a partir da sua celebração, para construção, operação e manutenção das instalações das usinas solares.

Abaixo encontram-se evidenciadas as características de cada controlada, a saber:

Controladas	Assinatura da Outorga	Capacidade
Pirapora II Energias Renováveis S.A	1 de março de 2016	30 MW
Pirapora III Energias Renováveis S.A	1 de março de 2016	30 MW
Pirapora IV Energias Renováveis S.A	2 de março de 2016	30 MW
		<hr/> <hr/>
		90 MW

A contabilização da energia produzida ocorre de forma mensal. De acordo com o PPA, a cada 12 meses, há o encontro de contas, comparando o volume de energia gerado com o vendido no leilão. Desvios negativos, são restituídos pela Sociedade, enquanto desvios positivos, são recebidos de acordo com o percentual pré-estabelecido no contrato.

As principais características técnicas dos projetos estão destacadas abaixo:

- a. Linha de transmissão 138 kV, com extensão aproximada de 10km, com origem na Subestação Coletora Pirapora e término na Subestação Pirapora 2, de propriedade da empresa Serra Paracatú Transmissora de Energia S/A;
- b. Subestação Pirapora 2 em 138/345/550kV, de propriedade da empresa Serra Paracatú Transmissora de Energia S/A;
- c. Entradas de linha na Subestação Coletora Pirapora, 34,5/138KV.

2. Apresentação das demonstrações financeiras

2.1 Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BR GAAP), que compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira e os Pronunciamentos, as Orientações e Interpretações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC e aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC.

A emissão das demonstrações financeiras foi autorizada pela Diretoria em 29 de março de 2018. Após a sua emissão, somente os acionistas têm o poder de alterar as demonstrações financeiras.

Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão.

A demonstração do resultado abrangente não foi apresentada por conta de não existir nenhuma transação que envolva outros resultados abrangentes nos termos apresentados no Pronunciamento Técnico CPC 26 (R1) - Apresentação das Demonstrações Contábeis.

2.2 Base de elaboração

As demonstrações financeiras foram elaboradas com base no custo histórico, exceto se informado de outra forma, conforme descrito nas práticas contábeis a seguir. O custo histórico geralmente é baseado no valor justo das contraprestações transferidas em troca de ativos.

2.3 Base de Consolidação

Controladas

A Sociedade controla uma entidade quando está exposta, ou tem direitos sobre, os retornos variáveis advindo de seu envolvimento com a investida e tem a capacidade de afetar esses retornos por meio de seu poder sobre a mesma. As demonstrações financeiras de controladas são incluídas nas demonstrações financeiras consolidadas a partir da data em que o controle se inicia até a data em que o controle deixa de existir.

As políticas contábeis de consolidação estão alinhadas com as políticas adotadas pela Sociedade.

Nas demonstrações financeiras individuais da controladora, as demonstrações financeiras de controladas são reconhecidas através de método de equivalência patrimonial.

Para cálculo de equivalências patrimoniais e consolidação são utilizadas as demonstrações financeiras das controladas na mesma data-base das demonstrações financeiras.

Transações eliminadas na consolidação

Saldos e transações intergrupo e quaisquer receitas ou despesas derivadas entre empresas são eliminados na preparação das demonstrações financeiras consolidadas. Ganhos não realizados oriundos de transações com Sociedade investidas registrados por equivalência patrimonial são eliminados contra o investimento. Prejuízos não realizados são eliminados da mesma maneira como são eliminados os ganhos não realizados, mas somente até o ponto em que não haja evidência de perda por redução ao valor recuperável.

2.4 Conversão de moeda estrangeira

Moeda funcional e moeda de apresentação

Os itens incluídos nas demonstrações financeiras são mensurados de acordo com a moeda do principal ambiente econômico no qual a Sociedade atua (moeda funcional). As demonstrações financeiras estão apresentadas em reais, que é a moeda funcional e apresentação da Sociedade.

2.5 Uso de estimativas e julgamento

Na aplicação das políticas e práticas contábeis da Sociedade descritas na nota explicativa nº 3, a Administração deve fazer julgamentos e elaborar estimativas a respeito dos valores contábeis dos ativos e passivos, os quais não são facilmente obtidos de outras fontes. As estimativas e as respectivas premissas estão baseadas na experiência histórica e em outros fatores considerados relevantes. Os resultados efetivos podem divergir dessas estimativas.

As estimativas e premissas subjacentes são revisadas continuamente. Os efeitos decorrentes das revisões feitas às estimativas contábeis são reconhecidos no período em que as estimativas são revistas, se a revisão afetar apenas este período, ou também em períodos posteriores se a revisão afetar tanto o período presente como períodos futuros.

(i) *Provisão para desmobilização*

A Administração da Sociedade entender não ser aplicável e nem necessário reconhecer provisão para os custos de desmobilização na demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2017, em função do valor remanescente estimado dos ativos de operação ser superior aos custos observados no grupo para encerramento das atividade e/ou desmobilização desses ativos ao final

do prazo contratual de operação, que tende a ser relativamente baixo. Adicionalmente, a Sociedade já considera em seu fluxo operacional a manutenção e o emprego de dispêndios necessários capazes de manter o parque operando por prazos superiores ao prazo contratual estabelecido.

(ii) Provisões para contingências judiciais

Em consonância com o CPC 25, uma provisão contingente só é reconhecida quando a entidade tem uma obrigação presente (legal ou não formalizada) como resultado de evento passado em que seja provável que será necessária uma saída de recursos econômicos para liquidar a obrigação e, finalmente, quando seu valor possa ser razoavelmente confiável. Se essas condições não forem satisfeitas, nenhuma provisão deve ser reconhecida. A Sociedade não tem nenhuma contingência judicial reconhecida nessas demonstrações financeiras.

3. Resumo das principais políticas e práticas contábeis

As políticas contábeis descritas em detalhes abaixo foram aplicadas de maneira consistente aos exercícios apresentados nessas demonstrações financeiras.

3.1 Moeda estrangeira

Transações em moeda estrangeira, quando aplicáveis, são convertidas para as respectivas moedas funcionais pelas taxas de câmbio nas datas das transações. Ativos e passivos monetários denominados e apurados em moedas estrangeiras na data de apresentação são reconvertidos para a moeda funcional à taxa de câmbio apurada naquela data. O ganho ou perda cambial em itens monetários é a diferença entre o custo amortizado da moeda funcional no começo do período, ajustado por juros e pagamentos efetivos durante o período, e o custo amortizado em moeda estrangeira à taxa de câmbio no final do período de apresentação.

3.2 Instrumentos financeiros

(i) Ativos financeiros não derivativos

A Sociedade reconhece os recebíveis e depósitos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos financeiros são reconhecidos inicialmente na data da negociação na qual a Sociedade se torna uma das partes das disposições contratuais do instrumento.

A Sociedade deixa de reconhecer um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Sociedade transfere os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação no qual essencialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos. Eventual participação que seja criada ou retida pela Sociedade nos ativos financeiros é reconhecida como um ativo ou passivo individual.

Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, somente quando, a Sociedade tenha o direito legal de compensar os valores e tenha a intenção de liquidar em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

A Sociedade tem os seguintes ativos financeiros não derivativos: caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras.

Não existem operações com instrumentos derivativos no exercício findo em 31 de dezembro de 2017.

- **Caixa e equivalente de caixa**

Caixa e equivalentes de caixa abrangem saldos de caixa e investimentos financeiros de alta liquidez e prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa.

- **Aplicações financeiras**

As aplicações financeiras possuem opção de resgate antecipado dos referidos títulos, sem penalidades ou perda de rentabilidade. Os investimentos financeiros referem-se a aplicações pós-fixada e estão atreladas à taxa de Certificados de Depósito Interbancário (CDI).

(ii) ***Passivos financeiros não derivativos***

Os passivos financeiros são reconhecidos inicialmente na data de negociação na qual a Sociedade se torna uma parte das disposições contratuais do instrumento. A Sociedade baixa um passivo financeiro quando tem suas obrigações contratuais retirada, cancelada ou vencida.

A Sociedade tem os seguintes passivos financeiros não derivativos: contas a pagar, contas a pagar com partes relacionadas e empréstimos mútuos.

Tais passivos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, esses passivos financeiros são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos, quando aplicável.

3.3 Investimentos em controlada

O investimento nas controladas (Pirapora II Energias Renováveis, Pirapora III Energias Renováveis e Pirapora IV Energias Renováveis) é avaliado pelo método de equivalência patrimonial nas informações financeiras individuais.

As mudanças na participação relativa da controladora sobre a controlada que não resultem em perda de controle devem ser contabilizadas como transações de capital (ou seja, transações com sócios, na qualidade de proprietários), e não no resultado ou no resultado abrangente. Em tais circunstâncias, o valor contábil da participação da controladora e o valor contábil da participação dos não controladores devem ser ajustados para refletir as mudanças nas suas participações relativas na controlada.

Qualquer diferença entre o montante pelo qual a participação dos não controladores tenha sido ajustada e o valor justo da quantia recebida ou paga deve ser reconhecida diretamente no patrimônio líquido atribuível aos proprietários da controladora conforme demonstrado nota 10.

3.4 Imobilizado

O imobilizado está demonstrado ao valor de custo, deduzido de depreciação e perdas por redução ao valor recuperável acumuladas, quando aplicável.

A Sociedade ainda não deprecia seus ativos visto que encontrasse em fase pré-operacional em 31/12/2017.

A partir do momento que a Sociedade entrar em operação, a depreciação será reconhecida com base na vida útil estimada de cada ativo pelo método linear, de modo que o valor do custo menos o seu valor residual após sua vida útil seja integralmente baixado (exceto para terrenos e construções em andamento). A vida útil estimada, os valores residuais e os métodos de depreciação são revisados na data do balanço patrimonial e o efeito de quaisquer mudanças nas estimativas é contabilizado prospectivamente.

O valor recuperável do ativo imobilizado é testado sempre que eventos ou mudanças indiquem que o valor contábil pode não ser recuperado. A Administração procedeu com a revisão da vida útil dos ativos e das premissas requeridas no CPC 01 / IAS 36 e nenhum indicador interno ou externo foi identificado.

3.5 Intangível

Os ativos intangíveis compreendem os ativos adquiridos de terceiros, inclusive por meio de combinação de negócios, sendo eles: Ágio apurado nas aquisições de negócios e Ágio com vida útil definida, sendo amortizado ao prazo de autorização para geração de energia. Em ambos os casos, o valor é testado anualmente e deduzido das perdas acumuladas por redução do valor recuperável, se necessário. Em 31 de dezembro de 2017, não foram identificados ajustes nos valores dos ativos registrados.

3.6 Redução ao valor recuperável dos ativos (impairment)

(i) Ativos financeiros

Um ativo tem perda no seu valor recuperável se uma evidência objetiva indica que um evento de perda ocorreu após o reconhecimento inicial do ativo, e que aquele evento de perda teve um efeito negativo nos fluxos de caixa futuros projetados que podem ser estimados de uma maneira confiável.

(ii) Ativos não financeiros

O valor recuperável de um ativo ou unidade geradora de caixa é o maior entre o valor em uso e o valor justo menos despesas de venda. Ao avaliar o valor em uso, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados aos seus valores presentes por meio da taxa de desconto antes de impostos que reflita as condições vigentes de mercado quanto ao período de recuperabilidade do capital e os riscos específicos do ativo. Para a finalidade de testar o valor recuperável, os ativos que não podem ser testados individualmente são agrupados juntos no menor grupo de ativos que gera entrada de caixa de uso contínuo que são em grande parte independentes dos fluxos de caixa de outros ativos ou grupos de ativos (a "unidade geradora de caixa ou UGC").

3.7 Empréstimos e financiamentos

Os empréstimos são inicialmente reconhecidos pelo valor da transação e subsequentemente demonstrados pelo custo amortizado.

As despesas com juros são reconhecidas com base no método da taxa de juros ao longo prazo do empréstimo de tal forma que na data do vencimento o saldo contábil corresponde ao valor devido. Os juros são incluídos em despesa financeiras.

Debêntures

Em 23 de novembro de 2017 a Sociedade assinou instrumento de emissão de debêntures de oferta pública, com esforços restritos de distribuição, nos termos da Instrução CVM 476 e demais disposições legais aplicáveis, em série única. O agente fiduciário responsável pela emissão é o BTG Pactual. Abaixo, apresentamos as principais características:

	Valor total da emissão (R\$)	Quantidade	Valor Nominal Unitário (R\$)	Data de vencimento
Pirapora II Solar Holding S.A.	70.000.000	7.000	10.000	31/01/2019

Para mais informações, ver Nota Explicativa 15.

Já as suas controladas assinaram o instrumento de emissão dos debêntures em 19 de dezembro de 2017 com a instituição financeira Pentágono S.A. Distribuição de Títulos e Valores Mobiliários, nos seguintes valores:

Controlada	Valor total da emissão (R\$)	Quantidade	Valor Nominal Unitário (R\$)	Data de vencimento
Pirapora II Energias Renováveis S.A	102.680.000	10.168	10.000	19/12/2018
Pirapora III Energias Renováveis S.A	101.660.000	10.166	10.000	19/12/2018
Pirapora IV Energias Renováveis S.A	101.660.000	10.166	10.000	19/12/2018
Total	305.000.000	30.500		

Até a data de 31 de dezembro de 2017, as controladas acima não tiveram o recurso liberado. Mais detalhes sobre as liberações, estão evidenciados na nota explicativa 22.

3.8 Provisões

Uma provisão é reconhecida quando a Sociedade possui uma obrigação contratual, ou não formalizada, como resultado de um evento passado, que possa ser estimada de maneira confiável, e é provável que um recurso econômico seja exigido para liquidar a obrigação. Os custos financeiros incorridos são registrados no resultado.

3.9 Contas a pagar

O contas a pagar é reconhecido quando a Sociedade possui uma obrigação contratual formalizada, como resultado de um evento passado, confiavelmente estimada e com desembolso de caixa provável. Encontram-se atualizados, quando pertinente, às taxas de câmbio e encargos financeiros, nos termos dos contratos vigentes, de modo que reflitam os valores incorridos até a data do balanço.

3.10 Resultados

O resultado é apurado em conformidade com o regime de competência. Uma receita não é reconhecida se há uma incerteza significativa na sua realização. As receitas financeiras abrangem basicamente as receitas de aplicações financeiras. As despesas financeiras abrangem basicamente as despesas com juros sobre empréstimos e financiamentos. Custos de empréstimo que não são diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo são reconhecidos diretamente no resultado financeiro.

3.11 Reconhecimento de receita

A receita operacional será reconhecida quando (i) os riscos e benefícios mais significativos inerentes a propriedade dos bens são transferidos para o comprador, (ii) for provável que benefícios econômicos financeiros fluirão para o Grupo, (iii) os custos associados e a possível devolução de mercadorias puderem ser estimados de maneira confiável, (iv) não haja envolvimento contínuo com os bens vendidos e, finalmente, (v) o valor da receita possa ser mensurado de maneira confiável. A receita é medida líquida de devoluções, descontos comerciais e bonificações.

No que tange a geração de energia, a transferência de propriedade e dos riscos e benefícios acontece a partir do momento que a energia é disponibilizada no ponto de conexão da rede.

a. Receita de geração de energia

A receita operacional advinda do curso normal das atividades da Sociedade é registrada pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber, e medida através de relatório de medição mensal.

b. Receita de geração de energia em fase de teste

A receita da fase de teste é registrada antes do período comercial da Sociedade, pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber, e medida através de relatório de medição mensal. Tal prática é contabilizada conforme o parágrafo 17 do CPC 27, que permite a capitalização de custos para verificar se o item está funcionando corretamente após a dedução das receitas líquidas provenientes da venda de qualquer item produzido no período de testes.

c. Receita de juros

As receitas financeiras abrangem receitas de juros sobre fundos investidos, que são reconhecidas no resultado, por meio do método dos juros efetivos. A receita de juros de um ativo financeiro é reconhecida quando for provável que os benefícios econômicos futuros deverão fluir para a Sociedade e o valor da receita possa ser mensurado com confiabilidade. A receita de juros é reconhecida pelo método linear com base no tempo e na taxa de juros sobre o montante do principal em aberto.

3.12 Tributos

O Imposto de Renda da Pessoa Jurídica e a Contribuição Social sobre o Lucro Líquido foram calculados conforme normas estabelecidas para apuração do Lucro Real e a despesa com imposto de renda e contribuição social representa a soma dos tributos correntes.

Tributos correntes

A provisão para imposto de renda e contribuição social está baseada no lucro tributável do período. O lucro tributável difere do lucro apresentado na demonstração do resultado, porque exclui receitas ou despesas tributáveis ou dedutíveis em outros períodos, além de excluir itens não tributáveis ou não dedutíveis de forma permanente. A provisão para imposto de renda e contribuição social é calculada nas alíquotas vigentes no fim do período. Não houve base tributável que originasse provisão para o imposto de renda e a contribuição social em 31 de dezembro de 2017.

Tributos diferidos

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são reconhecidos sobre as diferenças temporárias, no fim de cada período de relatório, entre os saldos de ativos e passivos reconhecidos nas demonstrações financeiras e as bases fiscais correspondentes usadas na apuração do lucro tributável, incluindo saldo de prejuízos fiscais, quando aplicável. Os impostos diferidos passivos são reconhecidos sobre todas as diferenças temporárias tributáveis e os impostos diferidos. Considerando que a Administração resolveu alterar o regime de tributação para o lucro presumido em 2018 e face a Sociedade não apresentar histórico de lucratividade fiscal o cálculo dos tributos diferidos sobre os prejuízos fiscais e as bases temporárias não foi registrado em 2017.

3.13 Novas normas e interpretações ainda não efetivas

Uma série de novas normas ou alterações de normas e interpretações serão efetivas para exercícios iniciados em ou após 1º de janeiro de 2018. A Companhia não adotou essas alterações na preparação destas demonstrações financeiras e não planeja adotar estas normas de forma antecipada.

a. IFRS 9 Financial Instruments (CPC 48 Instrumentos Financeiros)

A IFRS 9/CPC 48 inclui novos modelos para a classificação e mensuração de ativos/passivos financeiros e de perdas esperadas para ativos financeiros e contratuais, além de novos requisitos sobre a contabilização de hedge. Esta norma substitui o IAS 39/CPC 38 Instrumentos Financeiros - Reconhecimento e Mensuração.

- **Classificação - Ativos financeiros**

A IFRS 9/CPC 48 contém uma nova abordagem de classificação e mensuração de ativos financeiros que reflete o modelo de negócios em que os ativos são administrados e suas características de fluxo de caixa.

A IFRS 9/CPC 48 contém três principais categorias de classificação para ativos financeiros: mensurados ao custo amortizado, ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA) e ao valor justo por meio do resultado (VJR). A norma elimina as categorias existentes na IAS 39 de mantidos até o vencimento, empréstimos e recebíveis e disponíveis para venda.

De acordo com a IFRS 9/CPC 48, os derivativos embutidos em contratos onde o hospedeiro é um ativo financeiro no escopo da norma nunca são separados. Em vez disso, o instrumento financeiro híbrido como um todo é avaliado para sua classificação.

Com base na sua avaliação, a Sociedade não considera que os novos requerimentos de classificação terão um impacto significativo na contabilização de seus ativos financeiros.

- **Redução no valor recuperável (*impairment*) - Ativos Financeiros e Ativos Contratuais**

A IFRS 9/CPC 48 substitui o modelo de "perdas incorridas" da IAS 39/CPC 38 por um modelo prospectivo de "perdas de crédito esperadas". Isso exigirá um julgamento relevante sobre como as mudanças em fatores econômicos afetam as perdas esperadas de crédito, que serão determinadas com base em probabilidades ponderadas.

O novo modelo de perdas esperadas se aplicará aos ativos financeiros mensurados ao custo amortizado ou ao VJORA, com exceção de investimentos em instrumentos patrimoniais e ativos contratuais.

De acordo com a IFRS 9/CPC 48, as provisões para perdas esperadas serão mensuradas em uma das seguintes bases:

- Perdas de crédito esperadas para 12 meses, ou seja, perdas de crédito que resultam de possíveis eventos de inadimplência dentro de 12 meses após a data base; e

- Perdas de crédito esperadas para a vida inteira, ou seja, perdas de crédito que resultam de todos os possíveis eventos de inadimplência ao longo da vida esperada de um instrumento financeiro.

A mensuração das perdas de crédito esperadas para a vida inteira se aplica se o risco de crédito de um ativo financeiro na data base tiver aumentado significativamente desde o seu reconhecimento inicial, e a mensuração de perda de crédito de 12 meses se aplica se o risco não tiver aumentado significativamente desde o seu reconhecimento inicial. Uma entidade pode determinar que o risco de crédito de um ativo financeiro não tenha aumentado significativamente se o ativo tiver baixo risco de crédito na data base. No entanto, a mensuração de perdas de crédito esperadas para a vida inteira sempre se aplica para contas a receber de clientes e ativos contratuais sem um componente de financiamento significativo, política pela qual a Sociedade optou pela adoção.

- **Passivos financeiros**

A IFRS 9/CPC 48 retém grande parte dos requerimentos da IAS 39 para a classificação de passivos financeiros.

Contudo, de acordo com a IAS 39, todas as variações de valor justo dos passivos designados como VJR são reconhecidas no resultado, enquanto que, de acordo com a IFRS 9/CPC 48, estas alterações de valor justo são geralmente apresentadas da seguinte forma:

- o valor da variação do valor justo que é atribuível às alterações no risco de crédito do passivo financeiro são apresentado em ORA; e

- o valor remanescente da variação do valor justo é apresentado no resultado.

A Sociedade não possui passivos financeiros mensurados ao VJR.

- **Divulgações**

A IFRS 9 exigirá extensivas novas divulgações, especificamente sobre a contabilidade de hedge, risco de crédito e perdas de crédito esperadas. A avaliação da Sociedade incluiu uma análise para identificar eventuais melhorias em relação a informações requeridas nos processos atuais, os quais a Sociedade está em processo de implementação.

b. IFRS 15 Revenue from Contracts with Customers (CPC 47 Receita de Contratos com Clientes)

A IFRS 15/CPC 47 introduz uma estrutura abrangente para determinar se e quando uma receita é reconhecida, e por quanto a receita é mensurada. A IFRS 15 substitui as atuais normas para o reconhecimento de receitas, incluindo o CPC 30 (IAS 18) Receitas, CPC 17 (IAS 11) Contratos de Construção e a CPC 30 Interpretação A (IFRIC 13) Programas de Fidelidade com o Cliente.

Com base em sua avaliação, a Companhia não espera que a aplicação da IFRS 15/CPC 47 tenha um impacto significativo em suas demonstrações financeiras.

c. IFRS 16 Leases (arrendamentos)

A IFRS 16 substitui as normas de arrendamento existentes, incluindo o CPC 06 (IAS 17) Operações de Arrendamento Mercantil e o ICPC 03 (IFRIC 4, SIC 15 e SIC 27) Aspectos Complementares das Operações de Arrendamento Mercantil.

A norma é efetiva para períodos anuais com início em ou após 1º de janeiro de 2019.

A IFRS 16 introduz um modelo único de contabilização de arrendamentos no balanço patrimonial para arrendatários. Um arrendatário reconhece um ativo de direito de uso que representa o seu direito de utilizar o ativo arrendado e um passivo de arrendamento que representa a sua obrigação de efetuar pagamentos do arrendamento. Isenções estão disponíveis para arrendamentos de curto prazo e itens de baixo valor. A contabilidade do arrendador permanece semelhante à norma atual, isto é, os arrendadores continuam a classificar os arrendamentos em financeiros ou operacionais.

A Sociedade está atualmente realizando uma avaliação detalhada do impacto resultante da aplicação da IFRS 16 e espera divulgar informações quantitativas adicionais antes da adoção da norma.

4. Caixa e equivalente de caixa

	2017	
	Controladora	Consolidado
Bancos	<u>931.273</u>	<u>946.338</u>
Total	<u>931.273</u>	<u>946.338</u>

5. Aplicações financeiras

	2017	
	Controladora	Consolidado
Fundos de aplicações financeiras	-	29.788.544
Total	-	29.788.544

As aplicações financeiras possuem opção de resgate antecipado dos referidos títulos, sem penalidades ou perda de rentabilidade.

6. Adiantamentos

	2017	
	Controladora	Consolidado
Certisign Certificadora Digital	945	945
Total	945	945

A Sociedade concedeu o adiantamento acima para Certisign Certificadora Digital. A previsão de baixa, após recebimento dos documentos fiscais, é para maio de 2018.

7. Despesas antecipadas

	2017	
	Controladora	Consolidado
Seguros	-	572.936
Total	-	572.936
Curto prazo	-	350.994
Longo Prazo	-	221.942

A Sociedade mantém apólices de seguro contratado junto a Swiss Re Corporate Solutions Brasil Seguros S/A seguradoras do país que foram definidas por orientação de especialistas e levam em consideração a natureza e o grau de risco envolvido. A Sociedade possui a cobertura de seguros conforme descrito abaixo:

Seguro responsabilidade civil

Em conformidade com as Condições Gerais para o Seguro de Riscos de Engenharia e Condições Especiais de Obras Cíveis em Construção e Instalação e Montagem e Condições particulares, que fazem parte integrante e inseparável da apólice é passível de cobertura os Serviços de obras cíveis e instalação e montagem necessários à implantação da Usina Solar Pirapora II de energia fotovoltaica tendo como vigência o período de 30/06/2017 à 02/05/2020.

Coberturas	Importâncias seguradas
Perda de lucros esperados	R\$ 78.543.970
Danos materiais	R\$ 436.193.000

Seguro transporte

Em conformidade com as Condições Gerais para o Seguro de Transportes Nacional e Atraso no início das operações em decorrência de sinistros de transportes bem como as Condições particulares, que fazem parte integrante e inseparável da apólice é passível de cobertura o Município de Pirapora-MG. A vigência do seguro é de 30/06/17 à 30/06/18.

Coberturas	Importâncias seguradas
Danos físicos a carga	R\$ 247.107.000
Atraso no início da operação	R\$ 78.543.970

8. Tributos a recuperar

	2017	
	<u>Controladora</u>	<u>Consolidado</u>
Tributos federais	-	21.521
Total	<u>-</u>	<u>21.521</u>

Os créditos fiscais acima referem-se ao Imposto de Renda Retido na Fonte sobre os rendimentos de aplicação financeira não utilizados em 2017. Eles constituirão saldo negativo da Sociedade e serão acrescidos da taxa de juros SELIC e poderão ser utilizados para pagamento de qualquer tributo administrado pela Secretaria da Receita Federal do Brasil.

9. Transações com partes relacionadas

As transações com sua parte relacionada são demonstradas como se segue:

9.1 Contratos de mútuos concedidos

	2017	
	Controladora	Consolidado
Pirapora II Energia Renováveis S.A	3.359.729	
Pirapora III Energia Renováveis S.A	3.359.729	
Pirapora IV Energia Renováveis S.A	3.359.729	-
Total	10.079.187	-

Os valores referem-se a capital de giro, custeados pela Sociedade, para as suas controladas. O montante principal, de R\$ 9.900.000, está sendo atualizado pelo IOF e juros mensais de 1%, montados em R\$ 53.209 e R\$ 125.977, respectivamente. A estimativa de quitação do mútuo é para o exercício de 2018.

9.2 Contas a pagar

	2017	
	Controladora	Consolidado
Pirapora X Energias Renováveis S.A. (a)	-	164.261
Total	-	164.261

(a) *Consórcio Pirapora Interconexões*

Em 07 de Dezembro de 2017 foi assinado o aditivo ao contrato de formação do Consórcio Pirapora Interconexões, (o “Consórcio”), com objetivo de ratear os custos que o projeto Pirapora Fase 1 (composta pelas entidades Pirapora V Energias Renováveis S.A., Pirapora VI Energias Renováveis S.A., Pirapora VII Energias Renováveis S.A., Pirapora IX Energias Renováveis S.A., Pirapora X Energias Renováveis S.A.,) com os projetos Pirapora Fase 2, (composto pelas entidades Pirapora II Energias Renováveis S.A., Pirapora III Energias Renováveis S.A., Pirapora IV Energias Renováveis S.A.) e com o projeto Pirapora Fase 3, (composto pelas entidades Vazante I Energias Renováveis S.A., Vazante II Energias Renováveis S.A. e Vazante III Energias Renováveis S.A.) teve com a construção da Subestação.

As Consorciadas denominaram Pirapora X Energias Renováveis S.A. como a líder do projeto que terá duração de 35 anos.

(b) *Consórcio Pirapora II Interconexões*

Em 09 de Maio de 2017, foi constituído o Consórcio Pirapora 2 Interconexões (o “Consórcio”), com objetivo de trabalhar no desenvolvimento, execução, implantação, operação e manutenção das instalações de interconexão e transmissão de energia elétrica (o Empreendimento). O Consórcio compreende as Sociedades Pirapora II Energias Renováveis S.A., Pirapora III Energias Renováveis S.A. e Pirapora IV Energias Renováveis S.A.

Inicialmente as consorciadas denominaram Pirapora IV Energias Renováveis S.A como a líder do projeto, que terá duração de 35 anos. Posteriormente, foi feito um aditivo nomeando Pirapora II Energias Renováveis S.A como a líder do consórcio.

As despesas referem-se exclusivamente ao rateio dos custos da subestação e da linha de transmissão, no percentual de 33,33% para cada Sociedade participante. Os repasses não possuem custo financeiro e o contrato tem tempo de vigência de 35 anos.

Em 31 de dezembro de 2017 não haviam montantes a serem reconhecidos em função do referido Consórcio.

9.3 Contratos de mútuos obtidos

	2017	
	Controladora	Consolidado
EDF EN do Brasil Participações Ltda.	-	2.664.709
Total	-	2.664.709

A Sociedade possui saldo a pagar com a EDF EN do Brasil Participações Ltda. (“EDF EN do Brasil”) referente à operação de mútuo, com intuito de manter capital de giro para suas operações, devido à ausência de caixa. O saldo é atualizado com IOF, recolhido mensalmente pela mutuante, e juros de 1% ao mês.

A composição do valor é: R\$ 717.422, R\$ 717.422 e R\$ 1.229.865 referente as empresas Pirapora II Energias Renováveis S.A, Pirapora III Energias Renováveis S.A e Pirapora IV Energias Renováveis S.A, respectivamente.

Remuneração do pessoal chave da administração

Não houve remuneração do pessoal chave da administração em 2017.

9 Investimentos em sociedades controladas

Os saldos dos investimentos por sociedade controlada são demonstrados a seguir:

	Pirapora II	Pirapora III	Pirapora IV	Total
Patrimônio da investida	35.343.820	35.222.012	35.065.792	105.631.624
Percentual de investimento	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Saldo do investimento	35.343.820	35.222.012	35.065.792	105.631.624

Abaixo apresentamos a movimentação do investimento no exercício, conforme segue:

	Pirapora II	Pirapora III	Pirapora IV	Total
Saldo em 3 de março de 2017 (i)	2.593.675	2.537.785	2.463.265	7.594.725
Aquisição de investimentos (ii)	6.313.616	6.203.409	6.056.466	18.573.490
Amortização do custo de aquisição (ii)	(312.576)	(309.860)	(306.238)	(928.674)
Aporte de capital (iii)	26.867.060	26.866.470	26.866.470	80.600.000
Equivalencia patrimonial	(55.854)	(69.581)	(82.480)	(207.915)
Investimento em 31/12/2017	35.343.820	35.222.012	35.065.792	105.631.624

- (i) Em 16 de maio de 2017, mediante Assembleia Geral Extraordinária, os acionistas da Pirapora II Holding aprovaram a contribuição de capital das controladas Pirapora II Energias Renováveis S.A, Pirapora III Energias Renováveis S.A e Pirapora IV Energias Renováveis S.A, na Sociedade. O montante contribuído foi calculado a valor presente, tendo como base, laudo de avaliação emitido por consultores externos, independentes, contratados pela Sociedade.
- (ii) Refere-se ao custo de aquisição do investimento nas Sociedades controladas e ao custo referente ao conjunto de licenças e autorizações obtidas junto ao antigo sócio minoritário, a Solatio Brasil Gestão de Projetos. A avaliação destes custos também foi calculada com base em laudo emitido por consultor externo. Mais detalhes sobre a transação estão evidenciados na nota explicativa 20.
- (iii) Durante o ano de 2017 a Sociedade adiantou para as empresas o valor de R\$ 80.600.000, com a finalidade de financiamento da construção dos parques. Deste valor, R\$ 5.900.000 foi integralizado até 31 de dezembro de 2017 e R\$ 74.700.000 foram disponibilizados como adiantamento para futuro aumento de capital, que serão integralizados ao longo do exercício de 2018, mediante deliberação da Administração.

Abaixo apresentamos as principais informações financeiras das controladas:

	Pirapora II	Pirapora III	Pirapora IV
Ativos circulantes	9.985.963	9.299.850	10.890.311
Ativos não circulantes	79.718.471	61.495.139	59.306.900
Passivos circulantes	56.222.403	37.383.165	36.360.362
Passivos não circulantes	4.077.150	4.077.150	4.589.594
Patrimônio Líquido	29.424.484	29.376.056	29.300.639
Resultado	(19.603)	(41.382)	(53.384)

10 Imobilizado

A movimentação do imobilizado consolidado em 31 de dezembro de 2017 é como segue:

	Consolidado			Saldo em 31/12/2017
	Saldo em 03/03/2017	Adição	Transferência	
Adiantamento para aquisição de Imobilizado (a)	-	34.860.892	-	34.860.892
Capitalizações resultado financeiro (b)	-	243.895	-	243.895
Instalações em Construção (c)	-	164.021.177	1.172.606	165.193.783
Total	-	199.125.964	1.172.606	200.298.570
Custo				200.298.570
Imobilizado líquido				200.298.570

- (a) As controladas da Sociedade encontram-se em fase de desenvolvimento e construção e, para tal, efetuam adiantamentos aos fornecedores responsáveis pela construção de seus ativos qualificáveis. Os principais adiantamentos efetuados a fornecedores até 31 de dezembro de 2017, destinados às obras das Centrais Geradoras Fotovoltaicas, montaram total de R\$ 34.860.892, discriminados conforme apresentado abaixo:

Fornecedores	Pirapora II	Pirapora II	Pirapora IV	Total
ABB Ltda	222.595	222.595	222.595	667.785
Biosar Brasil	120.243	120.243	120.243	360.729
Sindustrial Engenharia Ltda	151.139	151.139	151.139	453.417
Flextronics International	8.786.863	8.687.443	8.839.262	26.313.568
Ge Power Conversion Brasil	1.215.820	1.215.820	1.215.820	3.647.460
Weg Equipamentos Eletricos S.A	1.126.738	1.126.593	1.164.602	3.417.933
Total	11.623.398	11.523.833	11.713.661	34.860.892

- (b) O montante de R\$ 243.895 demonstrado em capitalizações financeiras, é composto de juros, variação cambial de empréstimos e variação cambial de Hedge, baseado nos parágrafos 5 e 6 do CPC 20.
- (c) O montante demonstrado em Instalações em construções, refere-se aos custos capitalizados, com base na evidência de benefício econômico futuro, durante a fase de desenvolvimento e construção do parque solar e que são necessários para construir e instalar o ativo no local, bem como reunir as condições necessárias para o mesmo ser capaz de operar da forma planejada pela administração.

Após o termino da construção o mesmo será depreciado conforme a vida útil e taxa definida pela norma vigente.

11 Intangível

A composição do intangível é demonstrada abaixo:

	Consolidado				
	<u>Saldo em 31/12/2016</u>	<u>Adição</u>	<u>Transferência</u>	<u>Amortização</u>	<u>Saldo em 31/12/2017</u>
Projetos em andamento (a)	1.172.606	-	(1.172.606)		-
Ativos intangíveis amortizáveis (b)	-	18.573.490	-	(928.675)	17.644.815
Total	<u>1.172.606</u>	<u>18.573.490</u>	<u>(1.172.606)</u>	<u>(928.675)</u>	<u>17.644.815</u>
Custo					<u>17.644.815</u>
Imobilizado líquido					<u>17.644.815</u>

- (a) Valor refere-se a Instalações em construção transferido para o Imobilizado.
- (b) Refere-se ao valor pago pela aquisição das Sociedades controladas e também ao conjunto de licenças e autorizações obtidas junto ao antigo sócio minoritário, a Solatio Brasil Gestão de Projetos, incluindo licenças ambientais, de instalação, outorgas, contratos fundiários dentre outras autorizações e permissões requeridas pelo governo e pelo órgãos reguladores aplicáveis para desenvolvimento e construção do projeto de geração de energia solar. O montante acima apresentado foi identificado a partir de laudo de avaliação emitido por empresa independente especializada em avaliação de ativos contratada pela Sociedade. Mais detalhes sobre a aquisição estão evidenciados na nota explicativa 20.

12 Tributos a recolher

	2017	
	<u>Controladora</u>	<u>Consolidado</u>
Tributos Federais	17.674	29.928
Tributos Estaduais	-	1.532
Tributos Municipais	-	316.856
INSS retido	-	802.748
Total	<u><u>17.674</u></u>	<u><u>1.151.064</u></u>

Os impostos e contribuições acima provisionados foram liquidados nas datas de vencimento, em janeiro de 2018.

13 Contas a pagar

	2017	
	Controladora	Consolidado
SOLATIO BRASIL GESTÃO DE PROJETOS	5.235.455	5.235.455
BIOSAR BRASIL	-	11.039.034
FLEXTRONICS INTERNATIONAL	-	102.454.978
GENERAL CABLE	-	8.069.763
GE POWER CONVERSION	-	2.353.200
LIMIAR CONSULTORIA	-	41.343
WEG EQUIPAMENTOS	-	4.689.899
DIVERSOS	1.256	21.319
Total	5.236.711	133.904.991

	Pirapora II Holding	Pirapora II	Pirapora III	Pirapora IV	Total
BIOSAR BRASIL	-	3.510.307	3.513.191	4.015.536	11.039.034
FLEXTRONICS INTERNATIONAL	-	41.769.945	30.613.812	30.071.221	102.454.978
GENERAL CABLE	-	3.241.748	2.917.223	1.910.792	8.069.763
GE POWER CONVERSION	-	2.353.200	-	-	2.353.200
LIMIAR CONSULTORIA	-	13.784	13.780	13.780	41.343
SOLATIO BRASIL GESTÃO DE PROJETOS	5.235.455	-	-	-	5.235.455
WEG EQUIPAMENTOS	-	4.689.898	-	-	4.689.898
DIVERSOS	1.256	5.163	5.115	9.785	21.319
Total	5.236.711	55.584.045	37.063.121	36.021.114	133.904.991

14 Empréstimos e financiamentos

Linha de Crédito	Moeda	Encargos anuais	Vencimentos	31/12/2017
Principal Debentures	R\$	CDI +2,75 %	31/01/2019	70.000.000
Juros		-	-	667.223
Custos de captação		-	-	(1.039.365)
				69.627.858

Em 23 de novembro de 2017 a Sociedade, firmou contrato de financiamento mediante ao contrato de coordenação e distribuição Pública de Debêntures Simples, sendo a instituição intermediária o Banco BTG Pactual S.A, no valor de R\$ 70.000.000. O total dos custos de transação incorridos na contratação foi de R\$ 1.199.469 e os juros referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2017 é de R\$ 667.223. Os custos de captação são considerados na composição da dívida, representando assim uma taxa de empréstimo de 9,61% a.a.

O objetivo desta captação é financiar a construção dos parques solar das SPEs Pirapora II Energias Renováveis S.A, Pirapora III Energias Renováveis S.A e Pirapora IV Energias Renováveis S.A,.

Sobre o principal da dívida incidem a CDI mais juros de 2,75% a.a., Com vencimento em 01/2019.

Garantias

Garantia cooperativa da EDF Energies Nouvelles S.A.

15 Patrimônio Líquido

15.1 Capital social

O capital social no valor de R\$ 43.675.819, totalmente subscrito em moeda corrente nacional, encontra-se dividido em 43.675.819 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal.

		2017	
	%	Controladora	Consolidado
EDF EN do Brasil Participações Ltda.	80%	34.940.655	34.940.655
Canadian Solar Uk Projects Limited	20%	8.735.163	8.735.163
		43.675.819	43.675.819

Em 16 de maio de 2017, os acionistas adquiriram 80% do capital da Sociedade a partir de contribuição de capital das controladas Pirapora II, Pirapora III e Pirapora IV, feita a valor de mercado, tendo como base laudo de avaliação emitido por empresa independente contratada e foi aprovada em Assembleia Geral Extraordinária. O valor da contribuição efetuada foi de R\$ 14.975.719.

Posteriormente, em nova Assembleia Geral Extraordinária, ocorrida em 7 de outubro de 2017, foi aprovado, por unanimidade pelos sócios, o aumento de capital social da Sociedade em R\$ 6.100.000.

Em 21 de setembro de 2017, foi aprovado pela Diretoria, através de Ata de Assembléia Extraordinária, o aumento de capital social da Sociedade em R\$ 22.600.000, deferida em 7 de novembro de 2017, na Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro.

Dividendos

Os dividendos da Sociedade são pagos com base em determinação feita por Assembleia Geral Extraordinária, consoante com a proposta feita pela Diretoria. A Sociedade poderá ainda apurar balanços intermediários para distribuição de dividendos, observando o disposto no parágrafo 204 da Lei 6.404/76.

16 Despesas administrativas e outras despesas e receitas operacionais por natureza

	2017	
	<u>Controladora</u>	<u>Consolidado</u>
Despesas administrativas		
Despesas legais	(1.695)	(4.212)
Outras despesas	(305)	(1.256)
	<u>(2.000)</u>	<u>(5.468)</u>
Impostos e taxas		
IRRF s/ mútuo	-	(3.696)
PIS e COFINS	(5.858)	(41.904)
IOF	(4.636)	(13.623)
Taxas Municipais	(803)	(803)
Outros impostos e taxas	-	(1.365)
	<u>(11.297)</u>	<u>(61.391)</u>
Serviços prestados		
Honorários de contadores	(17.621)	(154.442)
Honorários de consultores	(980)	(3.920)
Honorários de advogados	(1.275)	(38.458)
Publicidade	(20.814)	(20.814)
Outros serviços	(2.994)	(15.443)
	<u>(43.684)</u>	<u>(233.077)</u>
Outras receitas		
Receita de doações		
Outras despesas operacionais	-	(949)
Outras receitas operacionais	-	39.291
	<u>-</u>	<u>38.342</u>
Total das Despesas administrativas e outras despesas operacionais	<u>(56.981)</u>	<u>(261.594)</u>

17 Resultado financeiro

A composição do resultado financeiro é demonstrada abaixo:

	2017	
	Controladora	Consolidado
Receitas financeiras		
Outras receitas financeiras	-	4
Juros sobre empréstimos	125.978	125.978
Rendimentos de aplicações financeiras	-	140.496
	125.978	266.478
Despesas financeiras		
Despesas Bancárias	(462)	(1.899)
Encargos sobre pagamento em atraso	(750)	(2.633)
Despesas de Juros	(667.223)	(714.135)
Custos com empréstimos	(160.104)	(160.104)
Despesa com IOF	(17.176)	(17.202)
Variação cambial	(1.721)	(1.721)
	(847.435)	(897.694)
Resultado financeiro líquido	(721.458)	(631.216)

18 Instrumentos financeiros

A Sociedade mantém operações com instrumentos financeiros, cuja administração é efetuada por meio de estratégias operacionais e controles internos, visando assegurar sua liquidez e rentabilidade. A política de controle consiste em acompanhamento permanente das condições contratadas *versus* condições vigentes no mercado.

Todas as operações com instrumentos financeiros estão reconhecidas nas demonstrações financeiras da Sociedade, conforme categorias abaixo:

	Categorias	2017	
		Controladora	Consolidado
Ativos			
Aplicações financeiras	Valor justo por meio do resultado	-	29.788.544
Contratos de mútuo com parte relacionadas	Empréstimos e recebíveis	10.079.187	-
Passivos			
Contas a pagar	Outros passivos financeiros	5.236.711	133.904.991
Contas a pagar com partes relacionadas	Outros passivos financeiros	-	164.261
Empréstimos e financiamentos	Outros passivos financeiros	69.627.858	69.627.858
Contratos de mútuo com parte relacionadas	Outros passivos financeiros	-	2.664.709

a. Risco de crédito

Decorre da possibilidade de a Sociedade sofrer perdas decorrentes de inadimplência de suas contrapartes ou de instituições financeiras depositárias de recursos ou de investimentos financeiros. Para mitigar esses riscos, a Sociedade adota como prática a análise das situações financeira e patrimonial de suas contrapartes, assim como a definição de limites de crédito e acompanhamento permanente das posições em aberto. No que tange às instituições financeiras, a Sociedade somente realiza operações com instituições financeiras de baixo risco, avaliadas por agências de *rating*.

O valor contábil dos ativos financeiros representa a exposição máxima do crédito. Na data das demonstrações financeiras estavam assim apresentados:

	2017	
	<u>Controladora</u>	<u>Consolidado</u>
Aplicações financeiras	-	29.788.544
Contratos de mútuo com partes relacionadas	<u>10.079.187</u>	<u>-</u>
	<u><u>10.0179.187</u></u>	<u><u>29.788.544</u></u>

b. Risco de taxas de juros

Decorre da possibilidade de a Sociedade sofrer ganhos ou perdas decorrentes de oscilações de taxas de juros incidentes sobre seus ativos e passivos financeiros. Visando à mitigação desse tipo de risco, a Sociedade busca diversificar a captação de recursos em termos de taxas prefixadas ou pós-fixadas.

c. Risco de liquidez

Risco de liquidez é o risco em que a Sociedade poderia estar exposta a dificuldades em cumprir com as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos à vista ou com outro ativo financeiro. Na avaliação desse risco a Administração atualiza continuamente as previsões de seus fluxos de caixa, visando garantir que a Sociedade sempre tenha liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações financeiras nos vencimentos contratados.

Os recursos de caixa excedentes às necessidades presentes são investidos em ativos financeiros remunerados, através de instrumentos selecionados que garantam os resgates e a liquidez de acordo com as necessidades programadas da Empresa.

Segue abaixo o detalhamento dos vencimentos contratuais dos passivos financeiros:

	Controladora	
	2017	
	Até 1 ano	> 2 anos
Contas a pagar	5.236.711	-
Contas a pagar com partes relacionadas	-	-
Empréstimos e financiamentos	69.627.858	-
Contratos de mútuos com partes relacionadas	<u>-</u>	<u>-</u>
	<u><u>74.864.569</u></u>	<u><u>-</u></u>

d. Mensuração dos instrumentos financeiros

Os valores justos referentes aos instrumentos financeiros caixa e equivalentes de caixa, fornecedores e partes relacionadas são aproximados aos seus valores contábeis, em função de serem transações de curto prazo e não sofrerem impactos relevantes oriundos do risco de taxa de juros ou cambial, quando aplicável.

e. Gestão de capital

A Sociedade obtém recursos diretamente por aportes realizados por seus acionistas, destinando-se principalmente ao seu programa de investimentos nos empreendimentos de geração solar e à administração de seu caixa para capital de giro e compromissos financeiros.

Análise de sensibilidade

Em virtude da oscilação histórica do real em relação às moedas estrangeiras, das taxas de juros e dos índices de preços, a Sociedade preparou análise de sensibilidade sobre seu principal passivo financeiro, demonstrando os eventuais impactos no seu resultado ou no seu imobilizado em 2017. Com base em premissas por ela adotadas foram definidos três cenários diferentes: a taxa de juros utilizada em 2017, de 9,61% a.a, sendo este definido como cenário provável; a partir deste, foram calculadas variações de 25% (possível) e 50% (remoto). Abaixo, o resultado:

Operação	2017	Risco	Cenário I (Provável)	Cenário II (Possível)	Cenário III (Remoto)
Passivos financeiros					
Principal Debentures	70.000.000	CDI	667.223	834.029	1.000.835
Contrato de mútuo	2.600.000	Juros contratuais	64.709	80.886	97.064

19 Compromissos assumidos

a. Contratos de venda de energia elétrica

A Sociedade está comprometida com venda de energia conforme projeção demonstrada abaixo:

Ano	Contratos CCEAR	Pirapora II	Pirapora III	Pirapora IV
2018	Volume (MWh)	12.298	12.298	12.298
	Preço (R\$/MWh)	358	356	356
	Total (R\$ Mil)	4.397	4.375	4.375
2019	Volume (MWh)	73.584	73.584	73.584
	Preço (R\$/MWh)	361	359	359
	Total (R\$ Mil)	26.543	26.411	26.411
2020-2038	Total (R\$ Mil)	791.629	787.684	787.684

b. Contratos com fornecedores

A Sociedade possui contratos assinados para fornecimento de equipamentos e construção das usinas, cujos valores estão distribuídos da seguinte forma:

		ANO 2018
Pirapora II Energias Renováveis S.A.	AFAPLAN - PLANEJ. E GESTAO DE PROJ. LTDA	457.509
	BIOSAR BRASIL - ENERGIA RENOVAVEL LTDA	49.873.778
	CANADIAN SOLAR DES. DE USINAS SOLARES LT	324.605
	FLEXTRONICS INTERNATIONAL TECNOLOGIA LTD	34.845.349
	WEG EQUIPAMENTOS ELETRICOS S.A	1.088.144
	TOTAL PIRAPORA II	86.589.385

		ANO 2018
Pirapora III Energias Renováveis S.A.	AFAPLAN - PLANEJ. E GESTAO DE PROJ. LTDA	457.372
	BIOSAR BRASIL - ENERGIA RENOVAVEL LTDA	49.858.819
	CANADIAN SOLAR DES. DE USINAS SOLARES LT	324.508
	FLEXTRONICS INTERNATIONAL TECNOLOGIA LTD	34.834.898
	WEG EQUIPAMENTOS ELETRICOS S.A	1.087.817
	TOTAL PIRAPORA III	86.563.414

		ANO 2018
Pirapora IV Energias Renováveis S.A.	AFAPLAN - PLANEJ. E GESTAO DE PROJ. LTDA	457.372
	BIOSAR BRASIL - ENERGIA RENOVAVEL LTDA	49.858.819
	CANADIAN SOLAR DES. DE USINAS SOLARES LT	324.508
	FLEXTRONICS INTERNATIONAL TECNOLOGIA LTD	34.834.898
	WEG EQUIPAMENTOS ELETRICOS S.A	1.087.817
	TOTAL PIRAPORA IV	86.563.414

20 Eventos subsequentes

a. Debêntures

As Sociedades controladas tiveram a liberação do montante de R\$ 306.304.064, atualizado, referente às Debêntures mencionadas no item 3.8. As liberações dos recursos ocorreram nas datas abaixo mencionadas:

	Valor recebido em conta bancária em 26/01//2018	Valor recebido em conta bancária em 15/02//2018	Valor recebido em conta bancária em 12/03//2018	Total
Pirapora II	37.940.000	24.009.546	40.176.444	102.125.990
Pirapora III	28.940.000	37.951.544	35.222.493	102.114.037
Pirapora IV	36.940.000	33.786.007	31.338.030	102.064.037
Total	103.820.000	95.747.097	106.736.967	306.304.064

- a. Em 06 de fevereiro de 2018, houve a integralização de capital social das controladas da Sociedade no montante de R\$ 16.200.000 (R\$ 5.400.000 para cada controlada), conforme ata registrada em 06 de fevereiro de 2018 na Junta Comercial de Minas Gerais.